EXPLORAÇÃO DE SALITRE, EXPEDIÇÕES ARMADAS E ESCRAVIDÃO INDÍGENA NOS SERTÕES DA CAPITANIA DA BAHIA (1670–1707)

SALTPETER EXTRACTION, ARMED EXPEDITIONS, AND INDIGENOUS SLAVERY IN THE BACKLANDS OF THE CAPTAINCY OF BAHIA (1670–1707)

Mailson Moreira dos Santos Gama

Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a utilização da mão de obra indígena e as expedições armadas que viabilizaram a exploração do salitre nos sertões da capitania da Bahia. A partir da análise de documentos custodiados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ), busca-se evidenciar como os indígenas foram empregados nas fábricas de salitre, bem como as formas de resistência por eles empreendidas e outras questões relacionadas à sua condição. Demonstra-se, ainda, que a exploração do salitre servia como justificativa para a expansão territorial e o controle sobre populações indígenas, uma vez que as incursões militares e os deslocamentos forçados ocorriam frequentemente nos mesmos locais em que se realizava a prospecção do mineral. Por fim, a utilização sistemática de indígenas escravizados nesse contexto reafirma a complexidade de uma sociedade marcada por práticas e estruturas características do Antigo Regime, que persistiram ao longo da Época Moderna.

Palavras-chave: Salitre; Escravidão Indígena; Capitania da Bahia.

Abstract

This article aims to analyze the use of Indigenous labor and the armed expeditions that enabled the exploitation of saltpeter in the backlands of the captaincy of Bahia. Based on the analysis of documents held at the National Library of Rio de Janeiro (BNRJ), the study seeks to highlight how Indigenous peoples were employed in saltpeter refining factories, as well as the forms of resistance they undertook and other issues related to their condition. Furthermore, it is demonstrated that the exploitation of saltpeter functioned as a justification for territorial expansion and the control of Indigenous populations, as military incursions and forced displacements frequently occurred in the same regions where the mineral was prospected. Finally, the systematic use of enslaved Indigenous people in this context reaffirms the complexity of a society shaped by practices and structures characteristic of the Ancien Régime, which persisted throughout the Early Modern Period.

Keywords: Saltpeter. Indigenous Slavery. Captaincy of Bahia.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar a utilização da mão de obra indígena e as expedições armadas que viabilizaram a exploração do salitre nos sertões da capitania da Bahia, especificamente na Bacia do Rio Salitre, nas proximidades do Rio do Pacuí — afluente da bacia do Rio Salitre — na antiga Jacobina, atual município de Campo Formoso, na Bahia, entre as décadas de 1670 e 1707. Nessa região, foram instaladas fábricas de refino de salitre durante os governos de D. João de Lencastre (1694–1702), D. Rodrigo da Costa (1702–1705) e, posteriormente, de Luís César de Meneses (1705–1710). Tal marco inicial está intrinsecamente ligado ao avanço da ocupação e da exploração econômica nas regiões adjacentes ao Rio São Francisco[1].

O salitre, por sua vez, constituía a principal matéria-prima para a fabricação da pólvora negra e, por isso, possuía grande importância estratégica para a manutenção da soberania do Império Português e a defesa de suas possessões ultramarinas. Sua exploração era considerada uma questão de segurança imperial, sobretudo diante das constantes ameaças externas e internas, como guerras, rebeliões coloniais e disputas territoriais (Gama, 2025). No contexto do Antigo Regime, o controle sobre fontes de salitre representava não apenas um recurso econômico, mas também um instrumento de poder militar e político, essencial à lógica de dominação colonial. A mineração salitrosa inseria-se em uma sociedade complexa, cujas práticas produtivas estavam profundamente vinculadas às estruturas políticas, econômicas e sociais do Antigo Regime. A utilização de mão de obra escravizada — oriunda tanto de comunidades indígenas quanto de populações africanas — foi essencial para o funcionamento das fábricas de refino instaladas no sertão baiano. Nesse contexto, a produção salitrosa refletia e reforçava as lógicas coloniais de violência, hierarquia e coerção que sustentavam o império português em seus espaços ultramarinos.

Neste sentido, o presente artigo dialoga com estudos clássicos e contemporâneos sobre a escravidão indígena e a conquista dos sertões baiano, como os trabalhos de Maria Hilda Baqueiro Paraíso (1994), John Monteiro (1995), Pedro Puntoni (2000) e Márcio Roberto dos Santos (2017), ao passo que busca aprofundar a compreensão sobre o papel estratégico da exploração do salitre nesse processo. Ao reunir documentação dispersa sobre as fábricas salitreiras da Capitania da Bahia entre 1670 e 1707, propõe-se aqui uma análise que recoloca o

[1] Na capitania da Bahia, também foram empreendidas explorações na região conhecida como Serra dos Montes Altos. Entre 1755 e 1763, nos territórios denominados Coqueiros e Cuyaté, foram instaladas duas fábricas de refino de salitre. Posteriormente, entre 1798 e 1808, uma nova tentativa de aproveitamento da região foi conduzida por José de Sá Bittencourt Accioli. Cf. Gama, 2025.

salitre como um elemento central da lógica de dominação colonial, conectando economia, guerra e escravização indígena em um mesmo campo de análise.

Dedicaremos nossa análise sobretudo para fontes primárias e documentos históricos principalmente custodiados no acervo digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ). O acervo documental trata das estratégias arquitetadas para o transporte e recrutamento da mão de obra necessária ao processo de refino do salitre e a correspondência oficial entre a coroa e as autoridades ultramarinas, agentes coloniais e homens práticos dos sertões que menciona uma complexas redes de relações, estratégias e acordos necessários estabelecidos para garantir que o empreendimento salitroso fosse rentável à Fazenda real.

Expedições militares, prospecção de minas de salitre e conquista dos sertões baianos (1670-1690)

As pesquisas e menções sobre a existência de minas de salitre nos sertões baianos remontam ao século XVII, estando diretamente ligadas a expedições em busca de minas de metais e pedras preciosas, além de refletirem o movimento de conquista e expansão das fronteiras dos sertões da América Portuguesa. Em 1617, uma carta régia mencionava a existência de reservas de salitre localizadas entre a Bahia e Sergipe, aludindo aos tempos do governador Dom Francisco de Sousa (AMP, São Paulo, t. 3, 2ª parte, p. 38-39, 1927 *Apud* Santos, 2017, p. 332). Dez anos depois, Francisco Dias de Ávila encaminhou uma petição afirmando liderar uma expedição em busca de minas de salitre, ouro e prata (AAPEB, Bahia, ano VII, vol. XI, p. 445-446).

As expedições de reconhecimento dos espaços sertanejos e em busca de exploração do salitre continuaram nas décadas seguintes. Contudo, as tentativas de exploração do salitre somente foram iniciadas a partir da década de 1670, quando o governador-geral do Estado do Brasil Alexandre de Souza Freire (1667-1771) certificou-se das notícias de que haveria minas salitrosas nos sertões do Rio de São Francisco no território até então nomeado serras do salitre. Nesse mesmo período, o capitão-mor do Rio de São de Francisco, João Vieira de Moraes, “após descobrir entre os despojos que os índios lhes trouxeram uns canudos de salitre”, mandou fazer averiguações sobre a existência de minas que pudessem ser aproveitadas em serviço da coroa portuguesa (BNRJ, vol. 32, 1950, p. 79).

Em 1671, João Vieira de Moraes ordenou que Bento Surrel, acompanhado por alguns capitães-mores e outros oficiais, percorresse cerca de 174 léguas ao longo das margens do Rio de São Francisco e adentrasse o sertão para confirmar efetivamente a existência das minas de salitre (AAPEB, Bahia, N. 5, Vol. VI e VII, 1920, p. 212). Nessa jornada, foram encontradas onze minas de salitre, espalhadas em distâncias de uma, duas e três léguas, com aproximadamente dezoito léguas entre elas. Experimentos foram realizados para avaliar a qualidade do mineral,

constatando-se que era adequado para uso na fabricação de pólvora negra, comparável à qualidade do salitre encontrado nas minas do Estado da Índia e do salitre comercializado com a Holanda (BNRJ, vol. 32, 1950, p. 78).

Dessa maneira, a confirmação da existência de salitre trouxera como consequência imediata a continuidade de expedições exploratórias que acabariam por influenciar os expedientes da conquista portuguesa nos sertões baianos. As expedições para a prospecção de salitre foram estruturadas essencialmente como empreitadas militares, envolvendo consideráveis recursos financeiros e a mobilização de homens dispostos a servir à Coroa. Além do objetivo principal de identificar depósitos de salitre, essas expedições também desempenhavam um papel estratégico na consolidação do processo de conquista e catequização dos "gentios bravos".

Embora as ocorrências de minas de salitre já fossem conhecidas na Capitania da Bahia, uma portaria de 1672, dirigida ao provedor-mor da Fazenda Real, revela que a exploração dessas minas enfrentaria dificuldades. O documento apontou que devido à falta de ferramentas e instrumentos adequados, não foi possível determinar se além do salitre havia também metais nas serras. Em relação ao salitre, a portaria enfatizou a necessidade urgente de fornecer todos os petrechos e equipamentos necessários para a devida exploração das minas. Paralelamente, menciona-se a importância de realizar o resgate de indígenas para serem empregados nesse empreendimento (BNRJ, vol. 6, 1928, p. 85), evidenciando a intenção de utilização da mão de obra indígena na exploração de salitre.

Nesse contexto, o capitão Domingos Ribeiro Franco recebeu instruções para coletar informações sobre as aldeias indígenas na região do Rio de São Francisco e no sertão interior. A carta também menciona a necessidade de descobrir quais aldeias são amistosas e poderiam ser convertidas à fé católica (BNRJ, vol. 9, 1929, p. 19). Certamente, tal questão está relacionada a falta de indígenas para trabalho do salitre. Em 1676, Agostinho de Azevedo Monteiro, Álvaro de Azevedo e Antonio Guedes de Brito escreveram à coroa portuguesa, alegando a falta de indígenas na Barra do Rio Salitre, terras sobre administração do coronel Francisco Dias de Ávila. No documento, ressaltaram a necessidade de reunir todos os mestiços, mamelucos e negros da terra para apoiar o coronel, enviando-os rapidamente sob a liderança de um cabo (BNRJ, vol. 9, 1929, p. 19).

Em 1678, foi expedida uma portaria determinando que o provedor-mor autorizasse o tesoureiro a liberar cem mil réis do dinheiro arrecadado com a dízima para que os ajudantes Antônio de Mattos e Braz Pires adquirissem resgates para indígenas, além de selas para os cavalos que seriam utilizados pelos capitães, polvoristas e missionários que acompanhariam a jornada até as minas de salitre (BNRJ, vol. 33, 1936, p. 97). Nesse período a Fazenda Real estava alocando

recursos financeiros para custear uma expedição oficial, composta por polvoristas profissionais, com o objetivo de emitir um parecer técnico sobre as reais possibilidades de exploração e aproveitamento do salitre.

Paralelamente, o governador-geral do Estado do Brasil, Roque da Costa Barreto, escreveu para João Peixoto Viegas e Gaspar Roiz Adorno sobre a necessidade de disponibilizar indígenas para a exploração do salitre. Na carta a Viegas, o governador enfatizou a importância de recrutar os indígenas, especialmente os Payayás, que já haviam se mostrado eficientes em outros serviços. Além disso, recomendava o envio de indígenas aldeados em Jacuípe, com destaque para os vinte melhores de Jacobina para suprir a carência de mão de obra na exploração do salitre (BNRJ, vol. 9, 1929, p. 78). Em sua correspondência a Adorno, o governador solicitou que este enviasse dez indígenas de sua administração, além de outros quatro sob a administração do Capitão Caicaia (BNRJ, vol. 9, 1929, p. 79).

A presença de aldeamentos indígenas controlados por sesmeiros já estabelecidos nos sertões do Rio de São Francisco e na bacia do salitre aumentava a possibilidade de resgatar mais mão de obra indígena que poderia ser utilizada no lavor da fabricação do salitre, mas também assegurava a efetividade da colonização naquelas áreas. No que pese a participação dos Ávilas na exploração do salitre, isso continuou sendo um negócio de Estado até início do século XVIII (Conceição; Gama, 2025). Entre os senhores da Casa da Torre de Tatuapara destacam-se na conquista dos sertões o coronel Francisco Dias d'Ávila no Maranhão, Piauí e sertões da Bahia (BANDEIRA, 2017).

É perceptível que as prospecção de salitre nos sertões baianos ocorreram em meio a tensões significativas durante a conquista dos territórios ao redor do Rio de São Francisco. Essa questão é evidenciada em um documento datado de 1670, na qual se menciona a morte do capitão-mor João Vieira de Moraes, ocorrida em um confronto com os "gentios" na região do Rio de São Francisco (ABN, Vol. 87, 1950, p. 79, occ. 230). Os indígena, de etnias diversas, frequentemente resistiram à submissão, reagindo com violência onde, quando e como puderam (Santos, 2017, p. 51).

Não obstante, as entradas e bandeiras que adentraram os sertões baianos resultaram, entre outras coisas, no extermínio sistemático dos povos indígenas que habitavam a região. Esse processo de colonização está intimamente relacionado à exploração de recursos naturais, como o salitre e à ocupação de territórios estratégicos, como a barra do Rio Salitre. Vestígios arqueológicos desse período podem ser encontrados em locais específicos como a Capela dos Índios e o Cemitério dos Caboclos, situados em comunidades adjacentes ao Rio Salitre (Nascimento, 2022, p. 108-109). Esses sítios são testemunhas de um passado marcado pela violência e

preservam a memória das populações indígenas que foram dizimadas em nome da expansão colonial.

Em decorrência das batalhas travadas nos sertões e das descobertas de salitre, o governo ordenou a fundação das vilas da Barra do Rio Grande, Santa Rita do Rio Preto e Campo Largo, situadas na margem esquerda do Rio de São Francisco com o objetivo de fortalecer a defesa da fronteira oeste da capitania contra os ataques dos "terríveis acroás" (Neves, 2012, p. 17). Um dos relatos mais importantes sobre os povos indígenas (tapuias anaiós) que habitavam o Vale do São Francisco e as vizinhanças do rio Salitre é seguramente o de frei Martinho de Nantes, sacerdote francês da ordem dos capuchinhos, que acompanhou as tropas de Francisco Dias D'Ávila nas suas investidas armadas pelos sertões do São Francisco (Nascimento, 2022, p. 108-109). Nantes descreve a guerra travada por portugueses contra indígenas acusados de terem se senhoreado de fazendas ao longo do São Francisco, situadas rio acima. Esses grupos indígenas foram responsabilizados pela morte de 85 moradores e seus escravos negros, além da destruição de currais (Dantas; Sampaio; Carvalho, 1992, p. 441).

Atendendo a ordem do governador da Bahia, por intermédio de Francisco Dias de Ávila, Nantes partiu com índios proveniente das quatro aldeias que estavam sob a direção dos capuchinhos franceses, aos quais se juntariam "vários outros de diversas aldeias", para dar combate aos acusados. A batalha decisiva se dá às margens do rio Salitre em 1676, tendo sido mortos "quase quinhentos homens de armas" a sangue frio e escravizados seus filhos e mulheres após a rendição (Dantas; Sampaio; Carvalho, 1992, p. 441). Maria Hilda Baqueiro Paraíso destaca que o uso de indígenas aldeados como combatentes tornou-se uma prática cada vez mais comum, sendo inclusive autorizado aos capitães-mores o treinamento militar desses indígenas e o fornecimento de armas de fogo. A primeira concessão nesse sentido foi feita ao capitão-mor dos Maracá, que tinha a incumbência de criar uma "muralha do sertão" para proteger as minas de salitre e as feitorias de madeira localizadas nos rios Salitre e Jequiriçá (Paraíso, 1994, p. 202).

O apaziguamento de disputas entre colonos e populações indígenas era um expediente fundamental para a criação de zonas de influência, viabilizando o agenciamento da mão de obra nativa. Do mesmo modo que estabelecer alianças com os povos nativos era crucial para garantir a segurança das rotas e caminhos, além de expandir o conhecimento sobre os recursos naturais nos sertões da Bahia. Os indígenas, detentores de um conhecimento profundo do meio ambiente, desempenharam um papel indispensável ao fornecer não apenas informações estratégicas, mas também ao contribuir como combatentes para as tropas coloniais (Puntoni, 2000, p. 50). Do outro modo, também percebiam outras vantagens imediatas na formação de

alianças com os europeus, particularmente nas ações bélicas conduzidas contra os inimigos mortais (Monteiro, 1995, p. 29).

Os novos descobrimentos salitrosos impuseram desafios consideráveis à administração colonial, que foi forçada a implementar diversas estratégias para conquistar os sertões. Essa dinâmica, ao longo do tempo, alterou o equilíbrio das zonas de fronteira, que gradualmente se integraram à estrutura jurisdicional da monarquia portuguesa (Conceição, 2018, p. 25). Marcos Roberto (2017) ao analisar as fronteiras dos sertões baianos e exploração de salitre, demonstra que a descontinuidade era uma característica recorrente, resultante tanto da retomada indígena de terras invadidas pelos portugueses quanto das resistências impostas pelo meio biofísico. Esse contexto gerou uma ocupação fragmentada do sertão baiano, desmobilizando unidades econômicas e exigindo o constante avanço de novas frentes de expansão e a valorização dos espaços conquistados.

As expedições militares, associadas aos conflitos com as populações indígenas, representaram um investimento vantajoso tanto para os súditos em busca de recompensas, quanto para o governo do Estado do Brasil, interessado em consolidar a conquista territorial em nome da Coroa portuguesa. Impulsionados pela possibilidade de serem reconhecidos por meio de serviços desempenhados e, como consequência, de obter vantagens políticas consideráveis, esses indivíduos perceberam no empreendimento relacionado ao salitre uma maneira de garantir suas posições de honra e prestígio na trama social de Antigo Regime.

Bento Surrel é um exemplo notável para o caso em questão. Ao liderar a expedição que descobriu as minas de salitre nos sertões baianos foi recompensado com a patente temporária de superintendente do descobrimento. Esse título lhe conferiu o direito de desfrutar de todas as honras, graças e faculdades associadas ao posto no qual foi provido (BNRJ, vol. 12, 1929, p. 209). Lourenço de Matos em 1675 recebeu a patente de Capitão de Infantaria da Ordenança pelos seus serviços prestados no descobrimento de salitre e nas “pazes que fez com os gentios” (BNRJ, vol. 12, 1929, p. 377). O aumento significativo na concessão de patentes entre 1670 e 1679 é notável em comparação com as décadas anteriores, refletindo um período de intensificação na estruturação militar dos sertões baianos. Essa tendência de recorrência de patentes e reconhecimento de cargos se repete entre 1680 e 1703, especialmente em relação às nomeações para postos militares na Bacia do Rio Salitre.

Contudo, a exploração do salitre nas afluentes do Rio salitre não se limitava apenas ao uso da mão de indígena nas fábricas. O processo de exploração estava profundamente conectado às condições ambientais e à longa história de ocupação humana na área. O Rio Salitre, assim como suas afluentes, desempenhou um papel fundamental na sustentação das populações humanas,

oferecendo recursos essenciais, como água, alimentos e lenha. Do mesmo modo que, a formação do salitre dependia da umidade proporcionada por cavernas e rios da região, o que fazia com que o ecossistema ao redor do Rio Salitre fosse vital para a viabilidade da mineração. Na Bahia, as minas de salitre neste momento não foram sistematicamente exploradas até a década de 1690, momento da chegada de D. João de Lencastre como governador geral do Estado do Brasil. Nestas circunstâncias, homens proeminentes como Guedes de Brito e os coronéis Garcia D'Ávila e Pedro Barbosa Leal estiveram comprometidos com as averiguações, refino e transporte do salitre até o porto de Salvador. O engajamento destes indivíduos no negócio do salitre não foi aleatório e aponta para o comprometimento de vassalos poderosos que buscavam associar-se à coroa portuguesa em oportunidades de investimento nas terras do sertão. Sem sombra de dúvidas, a atuação dos sesmeiros ou de indivíduos que pleiteavam a posse de sesmarias no sertão, muitas delas conquistadas à custa das guerras contra os índios, dinamizou a abertura de fronteiras nos sertões da capitania.

A utilização da mão de obra indígena nas fábricas de salitre (1697-1707)

Na década de 1690 a existência de minas de salitre já eram realidade, despertando grande interesse do governo geral. Em 1692 o governador do Brasil, António Luís Gonçalves da Câmara Coutinho enviou uma carta à Coroa reiterando a importância estratégica e econômica do salitre para o Império português. Câmara Coutinho relatou a descoberta de uma "serra inteira de salitre" em Jacobina, localizada a sessenta léguas do porto de Cachoeira. Ele destacou a facilidade de transporte, com trechos navegáveis de quatorze léguas percorridos em apenas seis horas de viagem marítima. O governador enfatizou que com um custo reduzido, seria possível estabelecer uma feitoria na região para cristalizar o salitre, eliminando a necessidade de transportá-lo por longas distâncias em estado bruto. No entanto, apontou a necessidade de enviar especialistas capazes de separar o salitre da terra e prepará-lo adequadamente para o transporte até a Cidade da Bahia e posteriormente para o Reino (BNRJ, vol. 33, 1936, p. 332). A confirmação e exploração dessas minas mencionadas por Câmara Coutinho só ocorreu em 1696, após a organização de uma expedição aos sertões da Bahia e Sergipe, liderada pelo coronel Pedro Barbosa Leal, que foi enviado ao sertão de Itabaiana em busca de salitre. A expedição contou com mais de 60 indígenas, 12 homens brancos e 14 escravizados e durou 9 meses e 18 dias. Como recompensa por ser um dos principais organizadores da expedição, Leal recebeu o título de fidalgo cavaleiro e uma tença de 10.600 réis (IIANTT. Mercês de D. Pedro II, liv. 15, f.314). Durante a expedição, Leal percorreu 'mais de 539 léguas de sertões extremamente ásperos, despovoados e inabitáveis, sofrendo muitas fomes e sedes'. Enfrentou

grandes desafios: 28 de seus cavalos morreram e o próprio Leal adoeceu gravemente. Apesar disso, ele persistiu nas buscas. Ao retornar à Cidade da Bahia, aguçou o interesse do governador-geral do Estado do Brasil, D. João de Lencastre, que decidiu organizar novas expedições às jazidas de salitre. D. João de Lencastre participou pessoalmente dessas expedições, incumbido diretamente pelo Rei de Portugal, D. Pedro II. Em uma carta, o Rei ordenou:

> Remetendo-me as informações com toda a clareza, e individuação, para que eu resolva o que for mais conveniente a meu serviço, e se deve ou não assentar-se fábrica naquele sitio, e o que para esse efeito será necessário, ou será de maior conveniência contratar-se com alguma pessoa particular; e por que é grande a falta de pólvora neste reino, e o preço dela mui subido em toda a Europa, a respeito das guerras, com que se acha, vos encomendo muito que sendo o mineral da qualidade da terra, de que se mandarão as amostras, façais vir nos navios do comboio, e frota a maior quantidade, que for possível tirar-se (AUC. Coleção Conde de Arcos, Governo da Baía. Doc. 47 – f. 24v-25).

Durante a expedição, o governador-geral D. João de Lencastre aproveitou para visitar os lugares do Recôncavo e, nessa ocasião, criou as vilas de Cachoeira, S. Francisco e Jaguaripe (Accioli, 1925, p. 140). Como ajuda de custo, Sua Majestade ordenou em carta ao provedor-mor da Bahia Francisco Lamberto, que fossem destinados quatro mil cruzados ao governador (BNRJ, vol. 82, 1949, p. 158). Além disso, a mesma carta determinava que fossem concedidos 200$000 ao Desembargador Belchior da Cunha Brochado e a Gaspar dos Reis, que acompanharam a expedição (BNRJ, vol. 82, 1949, p. 158).

> Embarcou para a vila da Cachoeira acompanhado de muita gente, com todos os oficiais da fábrica do salitre, instrumentos para o tirar e beneficiar, e com pessoas práticas do terreno que havia de correr, noticiosas das minas que ia buscar, fazendo com esta comitiva grandes gastos, para cuja despesa lhe mandou dar o Rei uma grossa ajuda de custo. Do porto daquela vila caminhou ao seminário de Belém, sítio onde o esperava o comboio que mandara prevenir. Com pouca detença marchou ao Jacaré, e dali a S. José das Tapororocas, donde foi à Mata, aos Tocós, à Pinda, ao Papagaio, ao rio do Peixe, ao Tapicuru (rio caudaloso), à serra do Teú, a outro Tapicuru chamado Mirim (também rio famoso, mas de menor corrente), e passou à serra da Jacobina, onde refez o comboio, e continuando a marcha pelos campos daquela povoação (hoje vila), pelos de Terijó e pela Varnha Seca, chegou às minas do salitre que chamam de João Martins (Pita, 1730, p. 335).

No sítio denominado João Martins, foram cavados e extraídos minerais de salitre e após realizar as devidas experiências, constatou-se que o salitre era de boa qualidade, com minas abundantes. D. João de Lencastre permaneceu nesse exame por alguns dias e em seguida, dirigiu-se a outras minas, chamadas João Peixoto e Abreus. Lá, as mesmas experiências foram realizadas, obtendo-se resultados semelhantes com salitre de qualidade e quantidade igual ao encontrado anteriormente. Com essas informações D. João de Lencastre retornou à cidade da Bahia, após

percorrer mais de cento e cinquenta léguas de terra, abrindo novos caminhos para encurtar distâncias (Pita, 1730, p. 335).

Com o sucesso da expedição D. João de Lencastre determinou, em 1697, o estabelecimento de duas fábricas nas extremidades do Rio Pacuí em um dos afluentes do rio Salitre. Pedro Barbosa Leal foi nomeado administrador dessas fábricas, com ordenado de 150 mil réis por ano (BNRJ, vol. 52, 1942, p. 331). Com seu amplo conhecimento em expedições em busca de minerais e conhecedor dos sertões baianos, certamente era indivíduo mais capacitado e de confiança de D. João de Lencastre para ser responsável no exercício de administrador da fábrica. No ato de nomeação o governador geral alegou que o coronel tinha sido provido no ofício de administrador por ser "muito capaz nesta ocupação, de que eu o julgo benemérito, pelas experiências que eu tenho do seu zelo, atividade e bom procedimento" (AAPEB, ano 4, v. 4-5). Uma das ações de Leal foi a abertura de um caminho para facilitar o transporte entre as jazidas, as fábricas e a vila de Cachoeira.

No contexto do assentamento das oficinas de salitre também foi estabelecido ainda que Luís Antunes e Gaspar dos Reis, fabricantes que receberiam um pagamento diário de cinco tostões (500 réis) pelo seu trabalho, enquanto Vicente de Pina receberia 400 réis diários, ambos a partir do momento em que chegaram à Bahia. No caso específico de Luís Antunes, havia a determinação de um desconto de 6$000 réis mensais, que deveria ser enviado à sua esposa, residente na cidade de Lisboa (BNRJ, vol. 82, 1949, p. 168). Por meio de carta régia, o rei determinou que o Provedor-mor da Fazenda do Estado do Brasil fosse responsável por garantir os recursos financeiros necessários para o funcionamento da fábrica, incluindo o pagamento dos salários e ajudas de custo das pessoas envolvidas na sua administração. A ordem régia também foi encaminhada ao Governador Geral Dom João de Alencastre, para que fossem observadas as diretrizes de pagamento (BNRJ, vol. 82, 1949, p. 262).

O investimento realizado pela Coroa na exploração do salitre foi significativo e havia uma expectativa clara de retorno sobre esse capital. Entre 6 de maio de 1692 e 24 de abril de 1698, os valores gastos com a exploração do salitre alcançaram a soma de 7:339$390 (sete contos, trezentos e nove mil, trezentos e noventa réis) (BNRJ, vol. 82, 1949, p. 80). O funcionamento das fábricas de salitre dependia de uma vasta gama de materiais para a manutenção das instalações produtivas, mas também para o sustento e controle da força de trabalho, que envolvia os indígenas e escravizados. Em 1699, Pedro Barbosa Leal, administrador da fábrica, requisitou uma série de itens essenciais para garantir o andamento das atividades produtivas. Entre os materiais solicitados, destacam-se duas mil varas de pano de algodão para o pagamento

dos índios e quatorze mantas para cobrir os escravos negros durante a noite, protegendo-os do frio (BNRJ, vol. 65, 1944, p. 13).

A Casa da Torre desempenhava um papel importante em relação aos custos do trabalho de exploração e transporte do salitre até a Vila de Cachoeira desde a abertura da fábrica. Quanto ao trabalho nas fábricas e ao transporte do salitre extraído dos sertões baianos, Solon Natalício apontou que as tarefas eram predominantemente realizadas por indígenas dos grupos étnicos Payayá, Sapoiá, Secaquerinhens e Cacherinhens (Santos, 2011, p. 78). Nesse contexto, as aldeias indígenas funcionavam como centros de recrutamento para as atividades salitreiras, sendo administradas por autoridades específicas, que podiam ser tanto missionários religiosos quanto administradores coloniais. Por exemplo, o Aldeamento do Jacuípe era administrado por Padre Manuel de Barros, enquanto a Aldeia Itapororocas estava sob a direção de João Peixoto Viegas. Em sua tese defendida recentemente, Rafael Barros (2021) apresentou um quadro no qual mencionou os aldeamentos responsáveis por fornecer índios para o trabalho no salitre.

Quadro 1: Aldeamentos responsáveis por fornecer índios para o trabalho no salitre entre 1697 - 1706

Aldeia/ Aldeamento	**Administrador**
Aldeamento do Jacuípe	Padre Manuel de Barros
Aldeia Itapororocas	Joao Peixoto Viegas
Aldeia particular	Gaspar Roiz Adorno
Aldeamento do Rio São Francisco	Frei Miguel de São Jeronimo
Aldeia dos Payayas	Frei Lourenço de Jesus
Aldeia das Alagoas	Paulo Gonçalves
Aldeamento do Sahy	Frei Luís da Penha

Fonte: Barros (2021, p. 122)

Além do trabalho direto nas minas de salitre, os indígenas das missões desempenhavam outras funções, como o transporte de boiadas do sertão para o litoral e a prestação de serviços nas atividades de exploração do interior baiano. Do mesmo modo que sob a tutela dos missionários, os nativos passavam por um processo de sedentarização e cristianização dos costumes, sendo responsáveis pela ocupação do território e pela sua defesa, além de servirem como mão de obra para o desenvolvimento econômico das áreas de conquistas (Ferreira, 2024, p. 116).

Embora a presença de mão de obra indígena fosse majoritariamente utilizada, a africana também desempenhava um papel importante, embora em menor quantidade. As fábricas de salitre contavam com catorze escravos negros, que eram encarregados da operação de duas caldeiras e das vinte tinas, nas quais a terra salitrosa era fervida para a separação do mineral

(ACC, cód.1087, volume II 1k, fls. 505-507). É notável que em relação aos africanos escravizados, os castigos aplicados pareciam ser mais severos e frequentes. Em uma carta há o relato da morte de um escravo negro em decorrência de punições infligidas pelo fabricante Gaspar dos Reis (BNRJ, vol. 40, 1938, p. 191).

Ao longo dos anos o Conselho Ultramarino, por meio de suas consultas, buscava informações sobre o estado das fábricas na Bahia e a necessidade de melhorias na produção e eficiência. Em 1702, por exemplo, solicitou respostas a Pedro Barbosa Leal, que relatou a diminuição na produção de salitre. No mesmo ano o Rei Pedro II ordenou que Dom Rodrigo da Costa, sucessor de D. João de Lencastre, estabelecesse uma casa de pólvora (Santos, 2017, p. 333) na Cidade da Bahia.

> Governador, e Cap. g. do Estado do Brazil. Eu El Rey vos envio muito saudar por ser conveniente que nesta Cidade da Bahia haja fábrica de pólvora pra nela se reduzir à pólvora o salitre que há nesse Estado e se espera haverá cada vez mais abundância. Fui servido resolver, que se edifique nella caza para a d.a fabrica, e p.a esse effeito, Me pareceu dizer vos que se vos remete a planta incluída p.a. por ella se obrar o que for necessário, como também tudo o mais conducente p.a se lavrar a dita pólvora e para assistir ao trabalho della, vay tambem nesta ocazião, Manoel da Costa Mestre perito na arte de a fabricar com o qual se ajustou o dar lhe três tostões nessa praça porque nesta corte se há de assistir com dous tostões por dia pelo meu concelhos ultramarino p.a sustento de sua mulher, e família, de que vos aviso para que assim o tenhais entendido e façam executar o que por esta ordeno (Accioli, 1925, p. 150-151).

A casa da pólvora foi erguida em um sítio adjacente à Fortaleza de São Pedro com o objetivo de produzir pólvora negra utilizando o salitre extraído dos sertões baianos. Embora haja menção ao uso de salitre purificado dos sertões baianos na casa de pólvora, os detalhes sobre essa utilização são bastante limitados, até 1703 não havia sido utilizado mais de trinta surrões desse mineral (AHU, Bahia Avulsos, Cx. 4, Doc. 360). Numa consulta ao Conselho Ultramarino foi sugerido que os navios vindos da Índia ao porto local trouxessem um número específico de quintais de salitre, conforme fosse considerado necessário para atender às necessidades da casa de pólvora (BNRJ, vol. 116, 1952, p. 128).

Pedro Barbosa Leal permaneceu como administrador das fábricas de salitre até 1703. No seu último ano de administração foi reconhecido como fidalgo da casa de Sua Majestade, recebendo uma remuneração de 16.600 réis de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia (Conceição, 2018, p. 140). Como podemos perceber, a exploração do salitre não se limitava apenas à extração de recursos naturais, ela também envolvia a construção de redes de poder e o fortalecimento de redes clientelares. A atuação de Leal nesse contexto reflete como o controle de um recurso estratégico como o salitre podia alavancar posições de influência e legitimação dentro da estrutura política e social daquela sociedade de antigo regime.

Após a saída de Leal, Antônio de Almeida Velho assumiu a administração das fábricas em 1704. Durante sua gestão houve uma intensificação das correspondências com o governador-geral Dom Rodrigo de Costa, refletindo uma tentativa de reforçar o controle e a eficiência da produção em resposta às exigências da Coroa. Ao assumir a administração das fábricas, Antônio de Almeida Velho enfrentou críticas recorrentes sobre a queda na produção e a falta de eficiência na gestão das minas. Embora a exploração do salitre não estivesse gerando lucros satisfatórios para a Coroa e já houvesse relatos sobre as perdas de salitre na oficina de João Martins, a Coroa decidiu continuar investindo nas fábricas de salitre, inclusive na oficina denominada Nossa Senhora da Encarnação.

Uma das principais questões enfrentada pelo administrador das fábricas de salitre era conflitos com os missionários e em 1705 D. Rodrigo da Costa precisou escreveu aos missionários franciscanos, Lourenço de Jesus e Manuel de Barros de Affonseca (BNRJ, vol. 41, 1938, p. 21), exigindo a entrega dos índios ao administrador e capitão-mor Antônio de Almeida Velho (BNRJ, vol. 41, 1938, p. 75). Além disso, orientava que os índios levados para trabalhar nas oficinas de salitre levassem suas mulheres e filhos, com o objetivo de evitar que se ausentassem do serviço por motivos relacionados à ausência de suas famílias (BNRJ, vol. 41, 1938, p. 127). Em 1706 o Frei Luís da Penha do aldeamento do Sahy e o capitão-mor Paulo Gonçalves administrador da Aldeia dos Payayas também foram notificados por negarem índios para o trabalho do salitre (BNRJ, vol. 41, 1938, p. 171).

Questões como a ausência de pagamentos de serviços levava os trabalhadores indígenas a situações de extrema vulnerabilidade, agravadas pelas denúncias constantes de abusos físicos, morais e exploração excessiva (Puntoni, 2000, p. 33). Essas práticas não apenas alimentavam tensões entre os índios e os administradores das fábricas, mas também causavam atritos entre os missionários, que muitas vezes viam seus esforços de conversão e proteção sendo minados pelas demandas econômicas da Coroa levadas a cabo pela atuação dos colonos que disputavam o controle sobre o trabalho indígena para seus próprios interesses.

Outra questão recorrente que aparece nas fontes são os casos de abusos sexuais cometidos pelos colonos contra as mulheres indígenas. Em 1704, em uma carta do governador-geral, o capitão-mor Antônio de Almeida Velho foi informado de que os oficiais e outras pessoas que trabalhavam nas fábricas de salitre faziam “mal usos” das índias solteiras que eram retiradas das aldeias para os trabalhos no salitre (BNRJ, vol. 40, 1938, p. 170). Em resposta a essas práticas, em outra carta dirigida ao administrador da fábrica de salitre, foi ordenado que os oficiais “não vão e não mandem buscar índia alguma das aldeias, seja moça ou velha” (BNRJ, vol. 41, 1938, p. 172). Em outro documento encontramos cartas aos padres missionários

instruindo para que não mandem e nem consintam que índias solteiras sejam enviadas para o trabalho nas fábricas (BNRJ, vol. 41, 1938, p. 174).

Este "desserviço a Deus e a Sua Majestade", do ponto de vista religioso, reflete a transgressão direta dos princípios da moral cristã, que condenava o uso indevido do poder para explorar os mais vulneráveis, especialmente no que diz respeito aos abusos sexuais. Em termos de lealdade à Coroa, os abusos às mulheres indígenas comprometiam a ordem e a disciplina necessárias para a exploração eficiente dos recursos coloniais, como o salitre, que era estratégico para os interesses do Império Português.

Administradores particulares como o Capitão-mor Paulo Gonçalves, das Aldeias das Alagoas e administrador dos índios das etnias Payayá e Sacuriú e João Peixoto Viegas da Aldeia Itapororocas, desempenharam um papel essencial no fornecimento de índios para o trabalho nas fábricas de salitre entre 1697 e 1706. Esses administradores por quase uma década forneceram e garantiram a mão de obra indígena necessária para a exploração do salitre. As queixas não se limitavam apenas à atuação dos missionários, mas também envolviam outros agentes coloniais. O capitão-mor e administrador da fábrica, Antônio de Almeida Velho, já tinha sido acusado de retirar gado do Sítio do Limoeiro, propriedade de Leonor Pereira Marinho. Ele teria incentivado os oficiais do salitre a retirar gado do sítio para sustentar a fábrica de salitre, o que levou às queixas de Leonor sobre a interferência nas suas propriedades (BNRJ, vol. 40, 1938, p. 120).

Rodrigo da Costa permaneceu como governador do Brasil até 1705, quando Luís César de Meneses assumiu o cargo e buscando novas estratégias deu continuidade ao empreendimento salitreiro. Após ser provido como governador geral, Meneses escreveu ao administrador das fábricas instruindo-o a executar com precisão e cuidado suas ordens (BNRJ, vol. 41, 1938, p. 171), determinou também que o então ajudante Luiz Antunes fosse designado como almoxarife, responsável pela construção de novos armazéns, derrubada das terras, transporte delas e lavagem do salitre (BNRJ, vol. 41, 1938, p. 171).

Em 1706, o Conselho destacou que as fábricas de salitre nos sertões baianos, apesar de muitos anos de operação, resultavam em pouca utilidade e geravam custos elevados. De acordo com os cálculos o preço para extrair salitre era extremamente alto, chegando ao exorbitante custo de 4$000 réis por quintal. Após diversas diligências e exames realizados concluiu-se que a quantidade de salitre obtida era insuficiente para justificar a continuidade da produção. Por conta disso, recomendou-se que “Sua Majestade considerasse encerrar as atividades dessas fábricas, poupando assim os recursos da Fazenda Real” (BNRJ, vol. 95, 1952, p. 205). Em cartas datadas entre junho e novembro de 1707, Luiz César de Menezes apontava os gastos excessivos e os prejuízos incorridos pela Fazenda Real com a manutenção das fábricas de salitre

(BNRJ, vol. 41, 1938, p. 179). A partir de 1707, os trabalhos nas fábricas de salitre nos sertões da Capitania da Bahia foram suspensos e o empreendimento foi abandonado.

Em suma, o empreendimento salitroso durou menos de dez anos e não se encontrou registros claros da quantidade de salitre beneficiados nas oficinas, mas certamente a produção foi exígua e não conseguiu suprir as necessidades da administração colonial. Amaral Lapa já havia destacado que o salitre das minas do sertão baiano era insuficiente para atender à demanda de pólvora de todo o Estado do Brasil, Angola e São Tomé (Lapa, 1968, p. 281).

Embora o recorte espacial deste artigo se concentre na Capitania da Bahia é importante destacar que no mesmo período também já havia notícias sobre a existência de minas de salitre na Capitania de Pernambuco (BNRJ, vol. 9, 1929, p.431). Essas minas foram confirmadas e começaram a ser exploradas pelos colonos apenas em 1697 nos Campos do Buíque sob a supervisão do Governador Caetano de Melo e Castro (Cavalcanti, 1999, p. 30). Assim como ocorreu na Bahia, Bento Surrel foi o indicado para averiguar as minas de salitre nos sertões pernambucanos (BNRJ, vol. 38, 1937, p. 15). Com o sucesso da expedição as fábricas de salitre foram instaladas em 1700, tendo a exploração conduzida pelo mestre salitreiro João Rodrigues que também utilizou mão de obra indígena cedida pelos missionários (Cavalcanti, 1999, p. 35). Contudo, ao iniciar as primeiras explorações de salitre, já havia constatado o pouco lucro das fábricas por conta da exiguidade do mineral. Em 1703, o Conselho Ultramarino avaliou que o rendimento insuficiente não justificava os altos custos para a Fazenda Real, recomendando a desativação das fábricas (AHU. Pernambuco. Cx. 20, D. 1920). No ano seguinte, em 1704, a exploração foi interrompida definitivamente em razão do esgotamento das jazidas (AHU. Pernambuco. Cx. 20, D. 1920).

Carmen Lúcia Lins Cavalcanti apontou que após o encerramento do empreendimento em 1704, a coroa numa tentativa de reorganizar a exploração do mineral, atribuiu ao governador-geral da Capitania de Pernambuco que descobrissem novas minas de salitre. As novas minas foram encontradas a menos de 20 léguas de distância das oficinas examinadas pelo Mestre salitreiro João Roiz, que as achou tão “convenientes” que sugeriu a mudança imediata da fábrica para a proximidade de qualquer uma das duas.

De acordo com a documentação pesquisada, há indícios de que estas minas funcionaram apenas por dois anos, ou seja, de 1704 quando foram transferidas as fábricas para as novas oficinas até 1706, ano em que foi determinado o seu fechamento. Os motivos para o fechamento, no entanto, foram os mesmos das minas anteriores, como os altos custos tanto materiais quanto humanos e o excessivo preço cobrado pelo quintal do salitre. Como na Bahia os documentos que fazem referências à extração do salitre nos Campos de Buíque não ultrapassam uma década (1700-

1709). O fato é que a exploração de salitre foi crucial na colonização e fixação no território dos campos do Buíque, a criação do "aldeamento do salitre, por exemplo, fixou para o trabalho nas fábricas 80 casais de aldeias formadas ao longo do século XVII com um total de 751 pessoas (Andrade, 2024, p. 162).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período entre o final do século XVII e o início do XVIII, a exploração do salitre não se limitou à extração do mineral, mas foi uma estratégia que envolveu diversas benesses e expedições armadas frente as populações indígenas e conquista do sertão baiano. Nesse contexto, a exploração do salitre tornou-se uma oportunidade para a busca de recompensas, quanto nas dinâmicas de colonização luso-brasileira. A utilização de mão de obra forçada, em especial das populações indígenas aldeadas, e a organização de grandes empreendimentos como a construção de fábricas e expedições militares, foram elementos-chave para garantir a presença portuguesa no território salitroso da Bacia do Rio Salitre.

A exploração do salitre funcionava como uma justificativa para a expansão e controle sobre populações indígenas, uma vez que as incursões militares e os deslocamentos populacionais ocorriam frequentemente nas mesmas regiões onde se prospectava o mineral. Por fim, o emprego sistemático de indígenas escravizados durante esse período revela a complexidade dessa sociedade, condicionada por lógicas e práticas que caracterizavam o Antigo Regime e que perduraram ao longo da Época Moderna.

Em conclusão, este estudo demonstrou que o salitre foi mais do que um recurso estratégico militar: ele foi um eixo estruturante da ocupação territorial, da organização da mão de obra e das redes de poder no sertão baiano. Ao trazer à tona uma documentação vasta e muitas vezes negligenciada, o artigo contribui para requalificar a importância do salitre na historiografia da colonização portuguesa, além de evidenciar os conflitos internos dos agentes coloniais, como os embates entre missionários e administradores.

REFERÊNCIAS

Documentos históricos e manuscritos

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)

AHU, Bahia Avulsos, Cx. 4, Doc. 360.

AHU. Pernambuco. Cx. 20, D. 1920.

Arquivo da Casa de Cadaval (ACC)

ACC, cód. 1087, volume II 1k, fls. 505-507.

Arquivo da Universidade de Coimbra

AUC. Coleção Conde de Arcos, Governo da Baía. Doc. 47 – f. 24v-25.

Anais do Arquivo Público da Bahia

AAPEB, Bahia, ano VII, vol. XI, p. 445-446.

AAPEB, Bahia, N. 5, Vol. VI e VII, 1920, p. 212.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

BNRJ. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Correspondência dos Governadores Geraes (1663-1677). Vol. VI da série e IV, 1928.

BNRJ. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Correspondência do Vice-Rei, dos Governadores Geraes, Junta Trina. Vol. IX da série E VII, 1929.

BNRJ. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Patentes e Provisões. Vol. XII da série E, 1929.

BNRJ. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Provisões, Patentes, Alvarás, Cartas (1663-1677). Vol. XXXIII, 1936.

BNRJ. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Mandados, Alvarás, Provisões, Sesmarias (1692-1698). Vol. XXXVIII, 1937.

BNRJ. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Correspondência dos Governadores Gerais (1704-1714). Vol. XL, 1938.

BNRJ. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Correspondência dos Governadores Gerais (1704-1714). Vol. XLI, 1938.

BNRJ. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Provisões, Patentes e Alvarás (1695-1697). Vol. LVII, 1942.

BNRJ. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Registo do Conselho da Fazenda (1699-1700). Vol. LXV, 1944.

BNRJ. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Registo de Cartas Régias (1683- 1697). Vol. LXXXII, 1949.

BNRJ. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Consultas do Conselho Ultramarino Bahia (1673-1683). Vol. LXXXVIII, 1950.

BNRJ. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Consultas do Conselho Ultramarino (1710-1716). Vol. XCVI, 1952.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) ANTT.

Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro II, liv. 15.

Bibliografia

ACCIOLI, Ignácio de Cerqueira e Silva. **Memórias Históricas e políticas da província da Bahia**. Anotado por Braz do Amaral. Bahia: Imprensa oficial do Estado, vol. 1 e 2, 1925.

ANDRADE, Lara Erendira Almeida de. Guerras de Conquista e Pelejas indígenas: uma cartografia da resistência na Serra do Catimbau. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, 2024.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O feudo:** A Casa da Torre de Garcia d'Ávila Da conquista dos sertões à independência do Brasil. Editora José Olympio, 2017.

BARROS, Rafael dos Santos. **Os sertões em movimento: sertanistas, indígenas e escravidão na Bahia colonial (1651-1720)**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2021.

CAVALCANTI, Carmem Lúcia Lins. **As Minas de Salitre em Campos de Buíque**. Um caso de utilização da mão-de-obra indígena na capitania de Pernambuco (1698-1706). Mestrado em História – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, 1999.

CONCEIÇÃO, Hélida Santos. **O Sertão e o Império**: As vilas do ouro na capitania da Bahia - Século XVIII. 2018. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pósgraduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

CONCEIÇÃO, Hélida Santos; GAMA, Mailson M. dos Santos Gama. **Entre a história social e a história Ambiental**: A exploração de salitre nos sertões da capitania da Bahia, séculos XVII-XVIII. *No prelo*, 2025.

DANTAS, Beatriz G.; SAMPAIO, José Augusto L.; CARVALHO, Maria Rosário G. de. Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, p. 431-456, 1992.

FERREIRA, David Barbuda G. de M. Demarcação de terras indígenas no Brasil Colonial: entre políticas indígenas e indigenistas. In: PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro (org.). **História Indígena na Bahia:** Políticas, trajetórias, memórias e identidades. Sagga Editora, Salvador - BA, 2024.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A Bahia e a Carreira da Índia**. Brasiliana, 1968.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NASCIMENTO, Renato Santos do. Água, paisagens e conflitos: Reflexões etnográficas sobre luta e resistência no Vale do Rio Salitre em um claro contexto de Violência Administrada. **Revista Prelúdios**, [S. l.], v. 10, n. 11, 2022.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Perspectivas Historiográficas do Império e da Primeira República sobre os Sertões da Bahia (Perspectivas Historiográficas del Império y de la República Primera sobre los Sertones de la Bahia). **Revista Binacional Brasil-Argentina**: Diálogo entre as ciências, v. 1, n. 2, 2012.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. De como se obter mão-de-obra indígena na Bahia entre os séculos XVI e XVIII. **Revista de História**, n. 129-131, 1994.

PITA, Sebastião da Rocha. **História da América Portugueza, desde o anno de 1500 de seu descobrimento até o de 1724**. Lisboa: Off. de Joseph Antônio da Sylva, 1730.

PUNTONI, Pedro. "No íntimo dos sertões" e "O país dos tapuias". In: **A Guerra dos Bárbaros:** povos indígenas e a colonização do sertão Norte do Brasil, 1650-1720. São Paulo, Hucitec / Edusp, 2000.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. **Rios e fronteiras**: conquista e ocupação do Sertão baiano. São Paulo: Edusp, 2017.

SANTOS, Solon Natalicio Araújo de. **Conquista e resistência dos Payayá no Sertão das Jacobinas**: Tapuias, tupi, colonos e missionários (1651-1706). 2011. 217 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.